Comunicado – Ação Social Escolar Direta

A Direção da Associação de Estudantes da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (AEFEUP) vem pelo presente comunicado enviar um convite a toda a comunidade estudantil para que participe numa ação de protesto a realizar em frente à Reitoria da Universidade do Porto no próximo dia 21 de março, pelas 9 horas, em virtude das razões abaixo descritas.

A motivação desta ação de protesto é a temática da Ação Social Escolar, mais concretamente o processo de atribuição de bolsas de estudo, que atingiu no presente ano letivo um estado calamitoso. Num ano em que os enormes cortes no Orçamento de Estado e consequente diminuição do investimento no Ensino Superior, aliados ao valor mais alto das propinas de sempre, exigiam um sistema de ação social a funcionar de uma forma eficaz, sucessivos erros na forma como foram assumidas determinadas decisões resultaram numa situação insustentável para os estudantes do Ensino Superior Português.

Todo o processo começa em julho de 2011, com a afixação, pela primeira vez, de um prazo para renovação de bolsa de estudo (candidatura à bolsa de estudo para 2011/2012 por estudantes bolseiros em 2010/2011) e com a simultaneidade de candidatura ao ensino superior com a candidatura à bolsa de estudo. Estas decisões pretendendo uma diminuição do congestionamento de candidaturas no início do ano letivo acabaram por fracassar devido ao mau funcionamento da plataforma, à fraca capacidade de resposta da DGES (Direcção Geral do Ensino Superior) às reclamações dos estudantes e ao facto do regulamento não estar disponível. Adicionalmente, o prazo de renovação ser definido para um período crítico da avaliação dos estudantes não foi de todo adequado.

A 3 de outubro de 2011, decorreu no Porto, um Encontro Nacional de Direções Associativas (ENDA) Extraordinário, dias após a publicação do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo (23 de setembro, pela primeira vez um documento conjunto com as Normas Técnicas) e da afixação de um prazo para candidatura a bolsa de estudo por estudantes não bolseiros em 2010/2011 (27 de setembro), coincidente com um novo prazo de renovação. Neste ENDA foram aprovadas duas moções, uma propunha uma série de alterações ao Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo, que conferisse uma maior justiça ao sistema social, e outra que criticava negativamente o desempenho da DGES, apontando com especificidade os defeitos já referidos.

Telefone: 225081556 | Fax: 225081557 | geral@aefeup.pt |www.aefeup.pt
Rua Dr. Roberto Frias S/N 4200-465 Porto

A 9 de dezembro, ainda sem novo prazo para candidatura de estudantes do 1º ano e com o embargo na análise dos processos de candidatura, foi novamente convocado um ENDA Extraordinário, em Braga. Nele foi planeada uma ação conjunta do movimento associativo nacional, apelidada de Natal Negro no Ensino Superior e que teve lugar dos dias 20, 21 e 22 de dezembro, consistindo na colocação de árvores de Natal negras em pontos-chave do país e, no último dia, em vigílias na Secretaria de Estado do Ensino Superior e em frente à Assembleia da República, onde se acenderam 6 mil velas, tantas quanto o número estimado de estudantes que desistiu de frequentar o Ensino Superior por insuficiências financeiras. A clara consequência prática desta ação foi a publicação de um novo prazo para candidaturas à bolsa de estudo para estudantes do 1º ano 1ªvez no Ensino Superior.

Entretanto, inúmeros estudantes desconheciam qual o resultado da sua candidatura à bolsa de estudo, sendo que muitos deles tiveram de abandonar o Ensino Superior. O último momento concertado do movimento associativo aconteceu no final de janeiro, no ENDA Ordinário Açores, onde a nível de Ação Social Escolar Direta foram aprovadas duas moções que remetem essencialmente para a celeridade e eficiência da plataforma da DGES, com conselhos para procedimentos futuros.

Assistimos a um novo regulamento que, em termos globais, retirou do sistema de ação social cerca de 40 mil estudantes, dos quais 6 mil abandonaram o Ensino Superior por falta de capacidade para suportar os custos associados a essa frequência. Questões regulamentares como a necessidade de todo o agregado familiar do candidato ter a sua situação contributiva regularizada, a errónea contabilização do património imobiliário do agregado familiar ou a contabilização somente dos rendimentos ilíquidos para cálculo da bolsa de estudo, são alguns dos pontos que influenciaram claramente a inclusão ou não dos estudantes no sistema de ação social. Em acréscimo convém relembrar que alguns dos chavões introduzidos pelo regulamento publicado em setembro de 2010, resultado de um intensivo diálogo com o movimento associativo e motivo de bastante regozijo, como a contratualização da bolsa de estudo (o estudante, que mantem as suas condições de elegibilidade, recebe bolsa de estudo durante todo o seu ciclo de estudos) ou a simplificação administrativa, que pelos argumentos anteriormente citados se encontra longe de ser alcançada, ainda não tiveram, desde essa altura, espaço e estabilidade no Sistema de Ação Social para se concretizarem. Não obstante, presenciamos uma Ação Social Escolar Indireta degradada, sem um padrão de qualidade nas unidades alimentares e nas residências universitárias, que muitas vezes se revelam insuficientes

Em abono da verdade, só no final do mês de fevereiro, todos as candidaturas a bolsa de estudo na Universidade do Porto foram analisadas, em que os últimos dados apontam para 2654 processos deferidos com bolsa atribuída e 2631 processos

Telefone: 225081556 | Fax: 225081557 | geral@aefeup.pt |www.aefeup.pt
Rua Dr. Roberto Frias S/N 4200-465 Porto

indeferidos. Se por um lado são reconhecidos, como em anos anteriores, algumas dificuldades operacionais aos Serviços de Ação Social (SAS), que continuam a demorar a reagir às oposições que dão entrada pelos estudantes, na realidade os SAS executaram neste ano um papel de execução e não de interpretação, em que a maioria dos problemas que enfrentaram se deveram à DGES, com o atraso na publicação do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo, a inoperância da plataforma de candidatura, as dificuldades em esclarecer os estudantes de como concretizar a sua candidatura e a afixação desestruturada de timings (embora de valia imprescindível) de prazos de candidatura. Este péssimo desempenho operacional da DGES aliado à introdução de injustiças sociais pelo Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo são situações que se repetem ao longo dos anos e que registam claros agravamentos, em que o verdadeiro prejudicado é o estudante. Incorre-se, assim, numa clara maquilhagem do Sistema de Ação Social, que o torna injusto e restrito.

Em muitos momentos o movimento associativo e o seu trabalho impediu que o sistema de ação social se torna-se injusto, porém esse trabalho árduo e esforçado não se revelou suficiente para para impedir que a frequência no Ensino Superior não seja impossibilitada aos que, obtendo resultados escolares suficientes para tal, não o possam fazer por motivos de ordem financeira dos seus agregados familiares.Numa senda de recriação reivindicativa e após mandatada pela sua Assembleia-geral, a Direção da AEFEUP vem convocar uma ação de protesto para o dia 21 de março de 2012, com início às 9 horas, na Reitoria da Universidade do Porto, com o objetivo de imobilizar o funcionamento desta Instituição, alertando a opinião pública para um assunto tão importante.

A Direção da AEFEUP pretende com esta ação, num local mediático e representativo da Academia do Porto, protestar contra a degradação do atual Sistema de Ação Social Escolar, convidando todos os estudantes do Ensino Superior e os respetivos representantes a participar na mesma. Este será um momento claro de exaltação dos valores e direitos estudantis.

Pela Direção da AEFEUP,

-
-

Ricardo João Cardoso

Presidente da Direção -

Telefone: 225081556 | Fax: 225081557 | geral@aefeup.pt |www.aefeup.pt
Rua Dr. Roberto Frias S/N 4200-465 Porto